



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUITEGI
CHEFIA DE GABINETE

Ofício nº 063/2023/GAPRE/PMC

Cuitegi/PB, 29 de novembro de 2023

Exmo. Sr.
Vivaldo Luis de França
Presidente da Câmara Municipal
Cuitegi - PB

Senhor Presidente,

Ao cumprimentar Vossa Excelência, uso este expediente para encaminhar o PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 001/2023, que *DISPÕE DAS ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NA LEI COMPLEMENTAR 615/2022 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS*, cujo teor destina-se à apreciação dessa Casa Legislativa.

Sendo o que temos para o momento, aproveito a oportunidade para renovar-lhe votos de estima e elevada consideração.

Geraldo Alves Serafim
Prefeito Constitucional

RECEBIDO EM 05/12/2023
AS 10h38
Elaine Almeida Santos.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CUITEGI
CHEFIA DE GABINETE**

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 001/2023

**DISPÕE DAS ALTERAÇÕES
PROMOVIDAS NA LEI
COMPLEMENTAR 615/2022 E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CUITEGI, ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Art. 30 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, submete a Egrégia Câmara Municipal para apreciação e aprovação, o seguinte projeto de Lei Complementar:

Art. 1º - Fica alterada a Lei Complementar 615/2022 nos seguintes termos:

“ Art. 2º [...]

§9º - As regras de aposentadoria do Art. 71-A da Lei Orgânica terão seus benefícios calculados nos termos desse dispositivo, sendo utilizado para o cálculo dos benefícios, deste regime próprio de previdência social, a média aritmética simples dos salários de contribuição e das remunerações adotados como base para contribuições, atualizados monetariamente, correspondentes a 100% (cem por cento) do período contributivo desde a competência julho de 1994 ou desde o início da contribuição, se posterior àquela competência.

§10º - A média a que se refere o §9º será limitada ao valor máximo do salário de contribuição do Regime Geral de Previdência Social para os segurados desse regime e para o servidor que ingressou no serviço público em cargo efetivo após a implantação do regime de previdência complementar ou que tenha exercido a opção correspondente, nos termos do disposto nos §§ 14 a 16 do art. 40 da Constituição Federal.

§11 - O valor do benefício de aposentadoria corresponderá a 60% (sessenta por cento) da média aritmética definida na forma prevista nos §§ 9º e 10º, com acréscimo de 2 (dois) pontos percentuais para cada ano de contribuição que exceder o tempo de 20 (vinte) anos de contribuição nos casos:

I – Art. 71-A, I, II e III, da Lei Orgânica do Município;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUITEGI
CHEFIA DE GABINETE

II – Art. 8º, §6º, II; Art. 9º, §2º, II e Art. 10º da Lei Complementar 615/2022;

§12 - O valor do benefício de aposentadoria corresponderá a 100% (cem por cento) da média aritmética definida na forma prevista no caput e no § 1º no caso de aposentadoria por incapacidade permanente, quando decorrer de acidente de trabalho, de doença profissional e de doença do trabalho.

§13 - Poderão ser excluídas da média as contribuições que resultem em redução do valor do benefício, desde que mantido o tempo mínimo de contribuição exigido, vedada a utilização do tempo excluído para qualquer finalidade, inclusive para o acréscimo a que se referem os §11, para a averbação em outro regime previdenciário ou para a obtenção dos proventos de inatividade das atividades de que tratam os arts. 42 e 142 da Constituição Federal;

§14 - Os benefícios calculados nos termos do disposto neste artigo serão reajustados nos termos estabelecidos para o Regime Geral de Previdência Social”.

Art. 8º [...]

§6º [...]

II - em relação aos demais servidores não contemplados no inciso I deste artigo, será utilizada a mesma regra disposta no Art. 26, caput, §1º, §2º, §6º e §7º da EC 103/2019.

Art. 9º [...]

§2º [...]

II - em relação aos demais servidores não contemplados no inciso I deste artigo, será utilizada a mesma regra disposta no Art. 26, caput, §1º, §2º, §6º e §7º da EC 103/2019.

Art. 10º [...]

§2º - em relação aos demais servidores não contemplados no inciso I deste artigo, será utilizada a mesma regra disposta no Art. 26, caput, §1º, §2º, §6º e §7º da EC 103/2019.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUITEGI
CHEFIA DE GABINETE

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente aquelas previstas nas Leis municipais.

Cuitegi/PB, 29 de novembro de 2023.

GERALDO ALVES SERAFIM
Prefeito Constitucional



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CUITEGI
CHEFIA DE GABINETE**

MENSAGEM AO PODER LEGISLATIVO

O presente projeto busca encaminhar ao legislativo proposta de alteração as normas previdenciárias propostas pela auditoria do TCE/PB, quando da análise do acompanhamento de gestão do Município de Cuitegi/PB.

Para tanto, segue em anexo o referido alerta emitido pelo órgão de controle.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência e aos demais pares votos de elevado e distinta consideração.

GERALDO ALVES SERAFIM
Prefeito Constitucional



Diretoria De Auditoria e Fiscalização - DIAFI
Departamento de Auditoria de Atos de Pessoal e Previdência – DEAPP
Divisão de Auditoria de Atos de Pessoal e Previdência I – DIAPP1

Processo nº	00984/22
Subcategoria	Acompanhamento
Jurisdicionado	Instituto de Prev. do Município de Cuitegi
Responsável	Rosângela Maria Barbosa de Melo
Assunto	Processo de Acompanhamento de Gestão - Exercício 2022.
Exercício	2022
Relator	Conselheiro Substituto Oscar Mamede Santiago Melo

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO

Trata-se da análise da legislação que versa acerca das normas relacionadas aos benefícios previdenciários concedidos pelo Regime Próprio de Previdência Social – RPPS editada no âmbito do ente federativo após a promulgação da Emenda Constitucional – EC nº 103/19.

O Município de Cuitegi editou a seguinte legislação relativa ao plano de benefícios previdenciários dos seus servidores:

Tipo	Número	Dt_Publicação	Vigência
Emenda à Lei Orgânica	01	28/06/2022	A partir de 28/06/2022
Lei Complementar	615	30/06/2022	A partir de 30/06/2022
Lei Ordinária	616	28/06/2022	A partir de 29/06/2022

Verificações iniciais acerca da legislação:

Questões	S/N
Houve referendo às revogações do art. 35 da EC 103/19?	S
A legislação editada contém problemas que impedem a atualização do sistema do TCE com as regras de benefícios nela previstas?	S

A partir da análise da legislação, verificaram-se as seguintes inconsistências:



a) a Emenda à Lei Orgânica dispõe sobre as regras permanentes de aposentadoria por incapacidade permanente, compulsória, voluntária e especial por exposição a agentes prejudiciais à saúde, mas não estabeleceu as respectivas formas de cálculo do benefício. Tal lacuna não foi suprida pela legislação do ente, já que a Lei nº 616/2022, além de não dispor sobre isso, revogou a lei local anterior;

b) diante da impossibilidade de se calcular a aposentadoria por incapacidade permanente, também não é possível apurar a pensão por morte de servidor falecido em atividade;

c) o art. 11 da LC nº 615/2022 previu regra permanente de aposentadoria para servidores com deficiência, em conflito com o art. 71-C da Lei Orgânica, com redação dada pela Emenda, cuja redação autoriza a alteração ao advento de lei federal, e não municipal:

Art. 3º Até que lei Federal discipline o § 4º-A do art. 40 e o inciso I do § 1º do art. 201 da Constituição Federal, a aposentadoria da pessoa com deficiência vinculado a regime próprio de previdência social, desde que cumpridos, no caso do servidor, o tempo mínimo de 10 (dez) anos de efetivo exercício no serviço público e de 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria, será concedida na forma da Lei Complementar nº 142, de 8 de maio de 2013, inclusive quanto aos critérios de cálculo dos benefícios.

d) os arts. 8º, 9º e 10 da LC nº 615/2022 preveem regras de transição, sem que as idades mínimas fossem previstas pela Emenda à Lei Orgânica para tais casos;

e) o art. 13, § 3º, da Lei nº 616/2022 admite duas interpretações. Primeiro, que a cota familiar de 75% incidirá apenas sobre o valor excedente ao teto do RGPS. Segundo, que se aplica a cota familiar de 75% sobre toda a base de cálculo, quando esta ultrapassar o teto do RGPS; e 100%, quando não.

§ 3º Na hipótese de existir dependente inválido ou com deficiência intelectual, mental ou grave, o valor da pensão por morte de que trata o caput deste artigo será equivalente a:

I - 100% (cem por cento) da aposentadoria recebida pelo servidor ou daquela a que teria direito se fosse aposentado por incapacidade permanente na data do óbito, até o limite máximo de benefícios do Regime Geral de Previdência Social - RGPS; e

II - uma cota familiar de 75% (setenta e cinco por cento).

f) o art. 8º, § 6º, II, da LC nº 615/2022 previu aos servidores que ingressaram no serviço público a partir de 01/01/2004 que o seu benefício, nessa regra de transição, equivalerá à média correspondente a 60% do período contributivo, acrescido de 2% a cada ano que exceder a vinte anos de contribuição. Essa forma de cálculo viola os princípios da contributividade e referibilidade da Previdência Social, pois quanto mais tempo o servidor contribuir menor a sua média tenderá a ser;



g) nas regras de transição previstas nos arts. 9º e 10 da LC nº 615/2022, houve a menção ao art. 26 da EC nº 103/2019, referente à forma de cálculo do benefício, porém esses dispositivos não determinaram qual dos parágrafos da norma constitucional devem ser aplicados, o que inviabiliza a fixação dos proventos.

Ante o exposto, sugere-se a emissão de alerta:

1) Ao chefe do Poder Executivo em relação às inconsistências na legislação previdenciária municipal, em face da Emenda Constitucional 103/2019, apontadas no presente relatório, quais sejam:

a) a Emenda à Lei Orgânica dispõe sobre as regras permanentes de aposentadoria por incapacidade permanente, compulsória, voluntária e especial por exposição a agentes prejudiciais à saúde, mas não estabeleceu as respectivas formas de cálculo do benefício. Tal lacuna não foi suprida pela legislação do ente, já que a Lei nº 616/2022, além de não dispor sobre isso, revogou a lei local anterior;

b) diante da impossibilidade de se calcular a aposentadoria por incapacidade permanente, também não é possível apurar a pensão por morte de servidor falecido em atividade;

c) o art. 11 da LC nº 615/2022 previu regra permanente de aposentadoria para servidores com deficiência, em conflito com o art. 71-C da Lei Orgânica, com redação dada pela Emenda, cuja redação autoriza a alteração ao advento de lei federal, e não municipal;

d) os arts. 8º, 9º e 10 da LC nº 615/2022 preveem regras de transição, sem que as idades mínimas fossem previstas pela Emenda à Lei Orgânica para tais casos;

e) o art. 13, § 3º, da Lei nº 616/2022 admite duas interpretações. Primeiro, que a cota familiar de 75% incidirá apenas sobre o valor excedente ao teto do RGPS. Segundo, que se aplica a cota familiar de 75% sobre toda a base de cálculo, quando esta ultrapassar o teto do RGPS; e 100%, quando não.

f) o art. 8º, § 6º, II, da LC nº 615/2022 previu aos servidores que ingressaram no serviço público a partir de 01/01/2004 que o seu benefício, nessa regra de transição, equivalerá à média correspondente a 60% do período contributivo, acrescido de 2% a cada ano que exceder a vinte anos de contribuição. Essa forma de cálculo viola os princípios da contributividade e referibilidade da Previdência Social, pois quanto mais tempo o servidor contribuir menor a sua média tenderá a ser;

g) nas regras de transição previstas nos arts. 9º e 10 da LC nº 615/2022, houve a menção ao art. 26 da EC nº 103/2019, referente à forma de cálculo do benefício, porém esses dispositivos não determinaram qual dos parágrafos da norma constitucional devem ser aplicados, o que inviabiliza a fixação dos proventos.



2) Ao Gestor do RPPS para que acompanhe perante o Executivo as resoluções das inconsistências verificadas na legislação previdenciária.

É o relatório.

Assinado em 28 de Outubro de 2022



José Antônio de Lima Martins
Mat. 3708420
AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO

Assinado em 28 de Outubro de 2022



Sara Maria Rufino de Sousa
Mat. 3705790
CHEFE DE DIVISÃO

Assinado em 28 de Outubro de 2022



Fabiana Lusía Costa Ramalho de Miranda
Mat. 3703185
CHEFE DE DEPARTAMENTO



Diretoria De Auditoria e Fiscalização - DIAFI
Departamento de Auditoria de Atos de Pessoal e Previdência – DEAPP
Divisão de Auditoria de Atos de Pessoal e Previdência II – DIAPP2

Processo nº	741/23
Subcategoria	Acompanhamento
Jurisdicionado	Instituto de Prev. do Município de Cuitegi
Responsável	Rosângela Maria Barbosa de Melo
Assunto	Processo de Acompanhamento de Gestão - Exercício 2023.
Exercício	2023
Relator	Conselheiro Substituto Renato Sérgio Santiago Melo

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO

Trata o presente Relatório de informar a manutenção das irregularidades remanescentes no Relatório constante às fls. 296/300, do Processo TC Nº 00984/22, resultantes no(s) Alerta(s) 00035/23 (para a Prefeitura) e 1414/22 (para o Ente Previdenciário), quais sejam:

- a) a emenda à Lei Orgânica dispõe sobre as regras permanentes de aposentadoria por incapacidade permanente, compulsória, voluntária e especial por exposição a agentes prejudiciais à saúde, mas não estabeleceu as respectivas formas de cálculo do benefício. Tal lacuna não foi suprida pela legislação do ente, já que a Lei Municipal n.º 616/2022, além de não dispor sobre isso, revogou a norma local anterior;
- b) diante da impossibilidade de se calcular a aposentadoria por incapacidade permanente, também não é possível apurar a pensão por morte de servidor falecido em atividade;
- c) o art. 11 da Lei Complementar Municipal n.º 615/2022 previu regra permanente de aposentadoria para servidores com deficiência, em conflito com o art. 71-C da Lei Orgânica, com redação dada pela emenda, cuja redação autoriza a alteração ao advento de lei federal, e não municipal;
- d) os arts. 8º, 9º e 10 da Lei Complementar Municipal n.º 615/2022 prevêm regras de transição, sem que as idades mínimas fossem previstas pela emenda à Lei Orgânica para tais casos;
- e) o art. 13, § 3º, da Lei Municipal n.º 616/2022 admite duas interpretações. Primeiro, que a cota familiar de 75% incidirá apenas sobre o valor excedente ao teto do Regime Geral de Previdência Social - RGPS. Segundo, que se aplica a cota familiar de 75% sobre toda a base de cálculo, quando esta ultrapassar o teto do RGPS, e 100%, quando não;



f) o art. 8º, § 6º, II, da Lei Complementar Municipal nº 615/2022 previu aos servidores que ingressaram no serviço público a partir de 01 de janeiro de 2004 que o seu benefício, nessa regra de transição, equivalerá à média correspondente a 60% do período contributivo, acrescido de 2% a cada ano que exceder a vinte anos de contribuição. Assim, essa forma de cálculo viola os princípios da contributividade e referibilidade da Previdência Social, pois quanto mais tempo o servidor contribuir menor a sua média tenderá a ser; e

g) nas regras de transição previstas nos arts. 9º e 10 da Lei Complementar Municipal nº 615/2022, houve a menção ao art. 26 da EC n.º 103/2019, referente à forma de cálculo do benefício, porém esses dispositivos não determinaram qual dos parágrafos da norma constitucional devem ser aplicados, o que inviabiliza a fixação dos proventos.

Considerando o não encaminhamento de nova legislação previdenciária ao banco de legislações desta Corte de Contas, até a data de confecção desse relatório, corrigindo as inconsistências apontadas, mesmo após a edição do(s) alerta(s) mencionado(s), sugere-se a emissão de **novos alertas** com o mesmo teor dos já emitidos e para gestores atuais dos mesmos Entes, visando a correção das inconsistências verificadas na legislação previdenciária municipal, em relação à Emenda Constitucional 103/2019.

É o relatório.

Assinado em 18 de Outubro de 2023



Gustavo Silva Coelho
Mat. 3707148
CHEFE DE DIVISÃO

Assinado em 18 de Outubro de 2023



Fabiana Lusía Costa Ramalho de Miranda
Mat. 3703185
CHEFE DE DEPARTAMENTO